

Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

# Extensão Rural: trajetórias e desafios

Organizadores:

Alberto Bracagioli Neto

Flávia Charão-Marques



Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias

# **Extensão Rural: trajetórias e desafios**

Organizadores:

Alberto Bracagioli Neto

Flávia Charão-Marques



© dos autores  
1.ª edição: 2023

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Coordenação da Série:  
Leonéia Hollerweger, Tanara Forte Furtado e Marcello Ferreira

Coordenação da Editoração: Leonéia Hollerweger e Ely Petry

Revisão: Equipe de Revisão da SEAD

Capa: Ely Petry

Editoração eletrônica: Ely Petry

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



---

E96 Extensão rural: trajetórias e desafios [recurso eletrônico] / organizadores Alberto Bracagioli Neto [e] Flávia Charão-Marques ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.  
244 p. : pdf

(Série Ensino, Aprendizagem e Tecnologias)

1. Agricultura. 2. Extensão rural. 3. Agricultura familiar. 4. Desenvolvimento rural. 5. Políticas públicas. 6. Gestão rural. 7. Assistência técnica. 8. Trabalho social. 9. Comunicação. I. Bracagioli Neto, Alberto. II. Marques, Flávia Charão. III. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Secretaria de Educação a Distância. IV. Série.

CDU 631.1

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-097-6

# 1

## Trajatória histórica da extensão rural

**Alberto Bracagioli Neto**

A trajetória da extensão rural não pode ser descrita de forma linear. Em determinado momento, foi considerada como instrumento de modernização das atividades agrícolas e agente de transformação rural. Em outro período, foi avaliada como desnecessária, perante os modelos neoliberais que buscavam enxugar a máquina administrativa do Estado. Temas considerados

obsoletos tornaram-se importantes num outro momento, como a Reforma Agrária e a importância da agricultura familiar, e as propostas de segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável.

O próprio conceito de extensão rural, primeiramente, associado com um processo de transmissão de conhecimentos e técnicas de forma *top-down*, foi abrindo espaço para perspectivas mais interativas e de construção do conhecimento. No mesmo rótulo de extensão rural, encontram-se também diversos formatos institucionais, formas de atuação, políticas públicas e uma dependência de trajetória que mantêm na atualidade os resquícios do difusionismo e tecnicismo predominantes nas décadas de 1970 e 1980.

No entanto, desde o século XIX, quando se estabeleceram suas primeiras raízes, muitas mudanças ocorreram na sociedade e, conseqüentemente, na concepção de extensão rural. Do ponto de vista de seu respaldo institucional, mesmo estando estabelecida como marco legal no artigo 187 da Constituição Federal de 1988 e mais recentemente na Lei 12.188 de janeiro de 2010, os recursos orçamentários federais e estaduais para a execução do trabalho junto aos agricultores e outros públicos oscilam “conforme a maré”, redundando em descontinuidades de projetos e ações nas mais diversas regiões do Brasil.

Nessa perspectiva, desenvolvemos esta provocação iniciando com as raízes históricas da extensão rural. Este item permitirá perceber a gênese histórica, os diferentes enfoques de atuação e sua trajetória em nível de Brasil.

## RAÍZES HISTÓRICAS DA EXTENSÃO RURAL

O termo extensão rural, embora de amplo uso, contém vários significados e variações, de acordo com diferentes contextos e épocas. Ao longo do tempo, as noções de extensão receberam críticas de natureza conceitual, e, por conseguinte, também as propostas metodológicas foram enfrentando transformações. Em diferentes lugares do mundo, a Extensão Rural acabou sendo reconhecida de diferentes maneiras.

Na Grã-Bretanha, Alemanha e Escandinávia, esse termo se focaliza no trabalho de aconselhamento (*advisory work*) para resolver problemas específicos, enquanto na tradição americana é usado o termo extensão educativa (*extension education*) para enfatizar que se trata de atividades educacionais que procuram ensinar as pessoas a resolver problemas através da divulgação de informações. Nos países Baixos, usa-se a palavra *vorlichting*, que significa a idéia de esclarecimento e iluminação (colocar uma luz em frente de alguém para facilitar a procura do caminho); enquanto na França, o termo *vulgarisation* indica que se trata de simplificação de informações para que o *vulgus*, o povo comum possa entendê-la (Röling, 1988, p. 36).

De certa forma, o que há de consenso sobre a Extensão Rural é que ela tem sido compreendida como um conjunto de ações que objetivam uma intervenção no meio rural, e tem estado condicionada à resolução de determinados problemas que afetam os agricultores e o abastecimento de alimentos.

Houve alguns fatos históricos que foram precursores da necessidade de intervenção planejada junto aos agricultores. Um desses fatos que podemos exemplificar é a crise alimentar vivida na Europa no século XIX. A batata, originária dos Andes, foi levada para a Europa pelos espanhóis em 1570, e passou a ser o 'pão dos pobres', por se tratar de um dos principais alimentos dos irlandeses. Entre 1845 e 1849, surgiu uma doença ocasionada pelo microrganismo *Phytophthora infestans*, levando a perdas de produção muito significativas. Estima-se que mais de dois milhões de irlandeses sofreram os efeitos diretos da Grande Fome: metade morreu e a outra metade migrou para países como os Estados Unidos e Inglaterra (Moane, 2002). A teoria postulada sobre a doença é que tenha se originado no México e depois ido para América do Sul e, subsequentemente, da América do Norte para Europa. Outros consideram ser proveniente do Peru e ter sido levada para a Europa pelos navios que carregavam guano como fertilizante (Andrивon, 1996).

O aspecto a salientar é que tal crise leva as autoridades da época a preocuparem-se em intervir no processo de produção, como podemos perceber na carta endereçada ao Presidente da Real Sociedade de Agricultura, o Conde Clarendon, quando o Governador da Irlanda, assim se manifestava:

Tomo a liberdade de sugerir a Vossa Excelência que um grupo de pessoas deva ser escolhido, possuidores de um sólido conhecimento prático dos sistemas aperfeiçoados de agricultura aplicáveis a Irlanda e de uma educação geral que os permita comunicar oralmente aquela informação de modo satisfatório e que tais pessoas sejam empregadas para visitar

certos distritos da Irlanda, conforme Vossa Senhoria decidir, para fazer preleções sobre práticas agrícolas à população rural (Caporal et al., 1989, p. 7).

Esse serviço, desencadeado pela crise na produção de batatas, funcionou de 1847 a 1851, com a formação de instrutores itinerantes que passaram a trabalhar entre os pequenos produtores nas áreas mais afetadas pela fome no sul e oeste da Irlanda.

Outro evento marcante para o início da extensão rural foi a Guerra da Secessão (1861–1865), nos Estados Unidos, que levou à morte cerca de 620 mil soldados, além de deixar outros 400 mil feridos ou mutilados. As principais razões da guerra foram a luta contra a escravidão, também interpretada como uma guerra entre as regiões norte e sul (Martin, 2006). A divisão geográfica do norte e sul contribuiu para aprofundar o distanciamento econômico e social, predominando no sul os grandes fazendeiros do algodão e do tabaco com mão de obra predominante escrava e o norte uma região mais industrializada com produção do milho e do trigo. A longa e dramática guerra civil americana levou à desestruturação da produção agrícola e por consequência à criação de serviços de pesquisa e extensão agrícola.

O congressista Justin Smith Morrill apresentou sua primeira proposta de lei para a criação de *land grant colleges* em 1857 (*Morrill Land-Grant Acts*), que permitiram a criação de faculdades por meio de concessão de terras nos estados dos EUA. A lei foi vetada, porém, posteriormente, reconfigurada e sancionada pelo presidente Abraham Lincoln em julho de 1862. Também, em 1887, o Congresso americano financiou estações de experimentação agrícola e veterinária e, pela Lei Smith Lever (1914), ini-



ciou o financiamento federal da extensão cooperativa (Duemer, 2007). Nesse contexto, Seaman Knapp é um nome referencial, pois deu origem ao método no qual um especialista demonstra, fazenda por fazenda, novas descobertas agrícolas e tecnologias. Ele também criou o trabalho de Demonstração Cooperativa de Agricultores do USDA (*United States Department of Agriculture*).

Tais fatos históricos permitiram que, nos EUA, tenha sido implantado o Sistema de Extensão Cooperativa. O Serviço de Extensão abrange atualmente 50 estados dos EUA (48 estados contíguos mais Alasca e Haváí), além de Porto Rico, Ilhas Virgens Americanas, Guam, Marianas Setentrionais, Samoa Americana e Micronésia e o Distrito de Colúmbia. Foram concedidas aproximadamente 105 faculdades (*land-grant*) por meio da concessão de terras (Silva, 2010).

No Brasil, foram fundados pelo imperador D. Pedro II os primeiros Imperiais Institutos de Agricultura na Bahia, Pernambuco, Sergipe e no Rio de Janeiro que datam de 1859 e 1860. Esses Institutos permitiram a institucionalização das ciências agrônômicas no país e a divulgação de práticas científicas (Bediaga, 2013).

Está, também, entre as primeiras iniciativas, no final do Brasil Império (1886), a criação da Imperial Estação Agronômica de Campinas, fundada pelo imperador D. Pedro II. Em 1892, a Estação passou a ser administrada pelo Governo do Estado de São Paulo (Ramos, 2016), vindo, mais tarde, a dar origem ao Instituto Agronômico de Campinas, conhecido por IAC.

A consolidação da extensão rural brasileira segue diferentes fases cronológicas, pois não consiste num processo linear e estável em todos estados. O crescimento das atividades e a desestruturação dos sistemas de extensão rural se sucederam ao longo do tempo. Por vezes, foram coordenados em nível nacional e, em outros casos, assumidos por governos estaduais. Alguns desses governos apoiaram a manutenção da ER com recursos estaduais, enquanto outros extinguiram o sistema. Rodrigues (1997) estudou a seletividade de políticas públicas e desenvolveu uma periodização de três momentos para o processo no Brasil, sendo posteriormente ampliada e adaptada para novas circunstâncias históricas.

**Quadro 1 – Fases da Extensão Rural No Brasil**

<b>FASES</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Humanismo Assistencialista 1948 – 1962	Visou promover a melhoria das condições de vida da família rural.  Equipe composta por um extensionista agrícola e uma extensionista doméstica.  Metodologia de “aprender fazendo”.  Interação vista como uma relação sujeito-objeto.
Difusionismo Produtivista 1963 – 1984	Visou promover a melhoria da produção e produtividade.  Ação extensionista predominante para elaboração e acompanhamento de projetos de crédito.  Ênfase na mudança tecnológica, sem considerar as estruturas socioeconômicas.  Interação tratada como sujeito-objeto.
Humanismo Crítico 1985 – 1989	Visou o protagonismo das famílias em busca de melhoria da qualidade de vida.  Catalização de processos sociais de mudança.  Crítica ao difusionismo.  Interação tratada como relação sujeito-sujeito.

Transição ambientalista 1990 – 2002	Permaneceu a busca do protagonismo das famílias. Criação de políticas públicas voltadas para agricultura familiar (Pronaf-1996). Desenvolvimento da agricultura alternativa e, posteriormente, sustentável.
Política Nacional de Extensão Rural 2004 – 2016	O Departamento de Ater foi absorvido pela SAF/MDA Decreto N° 4.739/2003; A Pnater e o Pronater foram elaborados de forma participativa 2004/2005; Ocorreu a reestruturação do sistema público/privado de extensão rural (Lei N° 12.188 11/01/2010). Ênfase na agricultura familiar (Lei N° 11.236 24/07/2006). Transição para modelos de “agricultura da base ecológica”.
Continuidades e descontinuidades 2016...	ATER Digital. Extinção de Programas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme dito, as três primeiras fases foram concebidas por Rodrigues (1997), sendo que as outras fases são produto das transformações posteriores e têm uma finalidade heurística e didática, no entanto, não há consenso entre os autores (Nunes et al., 2013; Caporal, 1998). Nessa perspectiva, tomaremos estas fases cronológicas para estruturar a apresentação da trajetória da extensão rural.

## HUMANISMO ASSISTENCIALISTA 1948–1962

O modelo de extensão rural implantado no Brasil teve influência direta do sistema norte-americano. Diversos acordos de cooperação técnica, desde a década de 1950, procuraram colocar o “acervo de conhecimento técnico” estadunidense a serviço do “aumento da pro-

atividade” e para melhorar a “vida das populações mais pobres”. A Aliança para o Progresso, as Fundações Rockefeller, Ford, Kellogg e a Agência Internacional de Desenvolvimento-AIA foram protagonistas dos ideais modernizantes e da expansão imperialista norte-americana, além dos projetos lançados por Kennedy dirigidos à pesquisa e à educação rural (Natividade, 2018).

Assim, o projeto de extensionismo brasileiro surgiu de uma iniciativa privada firmada entre a American International Association for Economic and Social Development (AIA) controlada por Nelson Rockefeller (proprietário e presidente dessa associação). Rockefeller também era membro do Departamento de Agricultura para o Ponto IV e era enunciado pelo presidente Truman. Em seu discurso de posse, Truman declarou que o objetivo dos Estados Unidos era ajudar os esforços dos povos das áreas economicamente subdesenvolvidas a melhorar suas condições de vida e trabalho (Mendonça, 2010).

No ano de 1948, iniciaram-se os serviços institucionalizados de Extensão Rural, a partir das conversações e convênios realizados entre Brasil e Estados Unidos, que resultaram em um Programa Piloto em Santa Rita do Passa Quatro (SP) e na fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural em Minas Gerais (ACAR-MG).

Com o acolhimento do governo mineiro, a proposta de Nelson Rockefeller foi estabelecida em dezembro de 1948 pela ACAR-MG, estimulada pelo projeto-piloto feito em Santa Rita do Passa Quatro (SP). Com os resultados obtidos pela ACAR-MG, o presidente Juscelino Kubitschek, assinou, em 1954, um acordo com o governo norte-americano para criar o Escritório Técnico de Cooperação Bra-

sil-Estados Unidos (ETA), visando uma coordenação nacional das ações de extensão rural. Os escritórios (ETAs) foram criados em cada um dos estados brasileiros, sendo estes embriões das ACAR em cada estado (Peixoto, 2008). Assim, foram criadas 23 ACARs até 1974, e os ETAs foram substituídos pelo Sistema Abcar em 21/06/1956, conhecido pela legislação como Sistema Brasileiro de Extensão Rural (Siber).

Nesta trajetória, no Rio Grande do Sul, é criada a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – Ascar-RS em 1955. A Ascar-RS teve como primeiro presidente Kurt Weissheimer, que também era o diretor do Banco Agrícola Mercantil S.A. A primeira turma contou com 28 extensionistas, sendo 15 mulheres da área de bem-estar e 13 homens da área agrônômica, buscando uma certa paridade de gênero na composição das equipes (Caporal, 1991).

Nessa fase, o modelo adotado seguia o norte-americano em que os homens atendiam os produtores nas demandas agrícolas, enquanto as mulheres, o ambiente doméstico, atuando nos temas de alimentação e saúde. A unidade de trabalho era a família, utilizando a pedagogia do aprender fazendo, buscando induzir a mudança de comportamentos de forma assistencial. Durante esse período, foram criados os Clubes 4-S seguindo o mesmo modelo norte-americano do 4-H (*head, heart, hands and health*) que tinham como missão engajar os jovens para que se desenvolvessem no campo do protagonismo juvenil. Apesar de os grupos serem voltados aos jovens, eles procuravam atingir toda a família, além dos vizinhos e comunidades,

atuando de forma a trazer a mudança de hábitos e comportamentos e com o objetivo de colocar em prática o projeto de modernização (Wolfart, 2017).

Para indução das mudanças pretendidas, foi criado, em 1948, o Crédito Rural Supervisionado (CRS), procurando fazer com que produtores rurais marginalizados tivessem condições de dar suporte à administração da propriedade e do lar. Assim, propiciou-se que o crédito rural junto com a extensão rural promovessem a modernização da estrutura produtiva (Rodrigues, 1997).

Observando esse primeiro período, é possível destacar a forte influência norte-americana nas bases do sistema de extensão rural. As principais ações envolveram modernização produtiva e bem-estar, segmentadas por gênero. Também, pode-se registrar que teve início um sistema nacional de extensão rural e de crédito rural supervisionado.

## **DIFUSIONISMO PRODUTIVISTA 1963-1984**

A fase do difusionismo teve fundamental importância e profundo impacto para a extensão rural brasileira. Nesse período, houve o Golpe de Estado (31/03/1964) e um conjunto de intervenções estatais que buscaram criar um aparato institucional capaz de consolidar a Revolução Verde.

O termo Revolução Verde foi utilizado pela primeira vez por William Gaud, chefe da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid) na década de 1960 (Dias, 2021).

Gaud se referia às novas variedades de trigo e milho conduzidas por Norman Borlaug,<sup>1</sup> considerando ser esta uma Revolução feita à base de tecnologia e não do sofrimento do povo.

A Revolução Verde foi se desenvolvendo gradativamente não apenas em termos técnicos, mas também econômicos e culturais. Sua emergência é resultante de um gradual desenvolvimento tecnológico que inicia em 1840 com a intensificação do comércio, construção de ferrovias e navegação, posteriormente a indústria de fertilizantes sintéticos e a hibridização do milho (1914). Porém, na década de 1960, houve uma intensificação do uso de fertilizantes, agrotóxicos e mecanização agrícola. Parte dessas inovações resultaram do desenvolvimento tecnológico obtido durante a Segunda Guerra Mundial (1939–1945).

Para que esta “Revolução” acontecesse, foi necessária a criação do Sistema Nacional de Crédito Rural (5/11/1965), porque era através do crédito subsidiado que se tornava possível a compra de insumos e maquinários para produção agropecuária. Na mesma direção, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1973, orientada a desenvolver inovações para um progresso técnico da agricultura. Para difundir as inovações, em 1974 (6/11/1974), iniciou-se a estatização do Sistema Brasileiro de Extensão Rural com a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater). Como consequência, a Abcar foi incorporada nessa nova instituição. Com a estatização do Sistema, as antigas Associações (Ascar-RS, Acares, Acarpa) passaram a

---

1 Agrônomo norte-americano, recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1970. Borlaug desenvolveu variedades de trigo de alto rendimento e resistência a doenças fúngicas. Considera-se que seu trabalho tenha salvo de inanição entre 245 milhões e 1 bilhão de vidas em todo o mundo. Swaminathan, M. Norman E. Borlaug (1914–2009). *Nature* 461, 894 (2009). Disponível em: <https://doi.org/10.1038/461894a>.

se chamar Empresa — em alguns casos, Instituto — de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e, assim, ficaram subordinadas ao controle da Embrater.<sup>2</sup>

Do ponto de vista das influências sobre a extensão rural na época, pode-se destacar a publicação do livro *Difusão de Inovações* de Everett Rogers (Rogers, 2003), cuja primeira edição saiu em 1962. Passou a ser uma espécie de corolário a ser seguido pela extensão rural do “terceiro mundo”. Os estudos de Rogers transferiram para a atitude e o comportamento dos camponeses a culpa do atraso, colocando a problemática em nível individual, nas atitudes, valores e interações entre os indivíduos (Caporal, 1988). Assim, a adoção de inovações é uma ação dos indivíduos, que são caracterizados como: inovadores, adotantes iniciais, maioria inicial, maioria tardia e retardatários, estabelecendo, assim, a *lei da difusão das inovações*.

A difusão de inovações apesar da sua abrangência e importância passou, ao longo do tempo, a sofrer diversas críticas. Sua base analítica é perceber que o processo de adoção é individual e as transformações são geradas de forma linear e homogênea para qualquer contexto e sociedade. O processo de inovação pode envolver interesses manipulativos e invasão cultural, também não aborda a questão da obsolescência programada que cria necessidades supérfluas e gastos necessários (Giacomini, 2007).

---

2 No caso do Rio Grande do Sul, por questões tributárias, manteve-se a Ascar-RS e, também, a Emater-RS, ambas passaram a atuar de modo associativo por meio de um Protocolo Operacional de Ação Conjunta firmado em 18 de dezembro de 1980. Como a Ascar-RS tem caráter filantrópico, recebe a Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) e, com isso, tem isenções tributárias, não necessitando recolher a contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários. Porém, o Instituto Nacional de Seguro Social — INSS — questiona juridicamente o caráter filantrópico dessa isenção.



Nas discussões contemporâneas, dois aspectos são evidenciados: a crítica aos métodos difusionistas da extensão rural e os resultados negativos da Revolução Verde (Favero, 2009). Conforme Roberto José (Moreira, 2000), predominam três críticas ao processo da Revolução Verde. A primeira é técnica questionando a relação do ser humano com a natureza, questionando a poluição e envenenamento dos recursos naturais e alimentos, a perda da biodiversidade, destruição dos solos e o assoreamento dos rios. A segunda é de natureza social com denúncias de empobrecimento, desemprego, favelização dos trabalhadores rurais, êxodo rural, trabalho escravo resultantes de um modelo conservador e excludente. Por último, as críticas se voltam à esfera sociopolítica e às questões de equidade e justiça social.

## **HUMANISMO CRÍTICO 1985–1989**

Na década de 1980, surgem diversas ações que geram um momento de reflexão crítica da extensão rural. Em nível nacional, inicia-se o processo de redemocratização da sociedade brasileira e o surgimento da Nova República, resultando na Constituição Cidadã de 1988 e o Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985 (Decreto N° 91.766 de 10/10/1985). No início da década de 1980, teve também uma severa crise fiscal, sendo que a Embrater passou a ter cortes orçamentários e a redução da sua capacidade de atuação.

O Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) passam a preconizar o incentivo à participação, porém com uma base conceitual conservadora, voltada apenas para melhoria da eficiência dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

O humanismo crítico teve como ideia central a promoção humana integral sem paternalismo, colocando os agricultores familiares como sujeitos de suas ações como cidadãos e problematizador da realidade. Em termos tecnológicos, inicia-se um período de preocupação com a questão do equilíbrio ecológico, energético e social.

As ideias desenvolvidas por Freire (1983) em *Extensão ou Comunicação* passaram a fazer eco nas reflexões da extensão rural, sendo estimulados relacionamentos de natureza dialógica e não persuasiva conforme o difusionismo apregoava.

Em 1985, assume a presidência da Embrater Romeu Padilha de Figueiredo, que reafirma o compromisso de colocar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater) voltado para os pequenos e médios agricultores, em consonância com as demandas do 4º Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). A perspectiva era de uma extensão rural democrática e popular de forma a incorporar o saber e a experiência dos contingentes majoritários da população. Especialistas da Embrater procuraram recolher experiências com Organizações Não Governamentais (ONGs)<sup>3</sup> para estabelecer parâmetros de autocrítica. Posteriormente, foi proposto para

---

<sup>3</sup> Apresentaremos o trabalho das ONGs no próximo item, especificado como *Ater no terceiro setor*.

as afiliadas mudanças que tais avanços fossem incluídos no processo de formação e capacitação dos extensionistas, procurando novas formas de atuar com agricultores, suas famílias e organizações (Caporal, 1988).

Essa fase foi importante para demarcar os aspectos críticos e reflexivos do trabalho da extensão rural. Porém, a mudança da prática dos extensionistas exige mudanças nos modelos mentais individuais e dos marcos institucionais, estes que ocorreram de forma pouco expressiva (Thornton, 2003). O difusionismo permaneceu influenciando as práticas extensionistas, pois tinha uma base conceitual simplista e linear, sendo facilmente reproduzida pelos profissionais que, além disso, são pressionados pelos resultados produtivos e pelo mercado. Apesar dos limites, algumas “sementes” foram plantadas, dando início a processos mais participativos e incorporando enfoques conservacionistas na extensão, na busca por alternativas tecnológicas mais amigáveis com o meio ambiente.

## **TRANSIÇÃO AMBIENTALISTA 1990-2002**

Apesar de alguns avanços registrados na fase anterior a 1990, é no início dessa década que a ER sofre dificuldades importantes e uma reestruturação institucional. O Governo de Collor de Mello (1990-1992), com a Lei N° 8.029/90, promoveu a extinção de 22 órgãos da administração federal, entre autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista. Entre estas, estava a Embrater, fazendo com que o sistema estatal de extensão rural deixasse de existir e a oferta de ATER fosse reduzida drasticamente nos estados, sendo os agricultores

familiares os mais prejudicados (Castro et al., 2017). Com isso, as ações desenvolvidas, durante o período, tiveram maior protagonismo dos governos estaduais.

Nessa transição ambiental, documentos e informes técnicos passam a constar com ações e conceitos nos quais predomina a ênfase no trabalho com microbacias, tecnologias ecossustentáveis, desenvolvimento rural sustentável e tecnologias menos dependentes de insumos industriais. Parte destas ações foram efeito da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992. No principal documento do encontro, a Agenda 21, além de questões ambientais, abordou-se a reflexão sobre padrões de desenvolvimento que causam impacto no meio ambiente. Da mesma forma, ganhou amplitude o Relatório Brundtland, intitulado *Nosso Futuro Comum* (publicado em 1987 e coordenado pela, então, primeira-ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland), ajudando a disseminar o conceito de desenvolvimento sustentável.

Nesse processo, a Emater-PR, em 1992, publica um documento sobre extensão rural denominado *Modelo Ambiental* (Cavagnoli, 2002). Caporal (1998) cita, também, o Seminário realizado pela Associação Brasileira das Entidades de Assistência Técnica e Extensão Rural, Pesquisa Agropecuária e Regularização Fundiária (Asbraer) em 1993, e as iniciativas desenvolvidas pela Emater-RS. Na Emater-RS, passam a ser trabalhados os temas de microbacias, plantio direto, controle biológico e práticas relacionadas com o uso de agrotóxicos.

É importante citar que, em 1996, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf (Decreto N° 1946 de 28 de junho de 1996). O Programa teve um processo de construção iniciado nos anos 1990, a partir das reivindicações do movimento sindical (Contag e Central Única dos Trabalhadores – CUT) com as *Jornadas Nacionais de Luta*. O SNCR (1965) tinha um viés seletivo, setorial e produtivista, e o Pronaf surgiu para atender um público-alvo que era negligenciado pelo sistema financeiro nacional por não terem garantias patrimoniais e contrapartidas para adquirir empréstimos (Guanziroli, 2007). Entre as várias modalidades do Pronaf, o Pronaf Infraestrutura buscou a implantação, ampliação, modernização da infraestrutura e ampliação dos serviços, como pesquisa agropecuária e assistência técnica e extensão rural.

Importante destacar que durante esse período, Santa Catarina promoveu a fusão do sistema de extensão rural com o de pesquisa. Em 1991, no Plano de Governo da gestão de Wilson Kleinünbing, o entendimento da equipe de governo era a busca da modernidade, inspirados pelo Governo Collor e o Programa Nacional de Desestatização. Nessa leitura, a visão era de que a agricultura fosse competitiva, diversificada e diferenciada em produtos e mercados de qualidade. Sendo assim, operaram-se, simultaneamente, a municipalização da agricultura e a fusão de algumas empresas ligadas ao setor agrícola, visando alcançar maior eficiência e efetividade nos serviços e obter maior economia nos gastos públicos. Mesmo existindo diversas explicações para esse processo, as motivações para decisão eram meramente administrativas, sem

nenhuma preocupação com uma proposta oficial de integração programática-metodológica das duas áreas (pesquisa e extensão) na nova empresa e com o restante da sociedade.

A fusão das empresas ocorreu de forma autoritária, caótica e traumática, durante o período, e foi gerada uma forte insegurança no corpo funcional, tendo em vista que não havia diretrizes claras e uma sensação de debilidade da empresa frente às decisões políticas que haviam sido tomadas. O processo de municipalização teve refluxo no segundo ano de governo e houve uma série de custos que não haviam sido calculados nesse processo.

Primeiro o custo financeiro com a perda das isenções tributárias que a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina (Acaresc) e a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina (Acarpesc) tinham, principalmente de encargos sociais sobre a folha de pagamento. O custo político esteve relacionado ao fato de que os técnicos tiveram que se subordinar às diretrizes e prioridades dos prefeitos, fazendo com que a municipalização se tornasse prefeiturização. Também houve um desgaste interno no relacionamento entre as equipes provenientes das diferentes empresas.

Durante o primeiro período a extensão rural foi a grande perdedora, tendo sido vislumbrada, inclusive, a sua extinção. Porém, a capacidade de articulação política dos extensionistas que apresentam perfil de comunicador, negociador e divulgador, em contraste com os pesquisadores, fez com que houvesse uma “virada no jogo”. A conclusão é de que a tensão desintegradora ocorrida pela fusão não permitiu um diálogo produtivo. Esse caso empírico demonstra que a fusão ou integração en-

volve elementos de natureza humana e institucional. Além disso, a incorporação de temas de natureza socioambiental, traz a necessidade de explorar novos paradigmas de pesquisa em que o agricultor tenha um papel ativo na formulação e experimentação. Foi possível ver que o caso de Santa Catarina não se constitui um modelo referencial para analisarmos o processo de integração pesquisa-extensão, tendo em vista que foi uma decisão de caráter político-administrativo.

Essa fase foi denominada transição ambiental, agenda esta que teve influência dos eventos mais amplos e pelo protagonismo de algumas empresas de ATER. Porém, o modelo neoliberal do Governo Collor, desestruturou o sistema nacional de ATER com a extinção da Embrater. Paralelamente, foram iniciadas inovações institucionais com a fusão da pesquisa com a extensão em Santa Catarina. Durante esse período, e com o impeachment de Collor, foi gestado o Pronaf que teve e tem grande importância para a agricultura familiar. Em suma, reconstruir essa trajetória consiste num processo complexo oriundo dos diferentes atores, vetores e escalas que atuam nas políticas públicas.

## **ATER NO TERCEIRO SETOR**

O terceiro setor é o termo que vem encontrando maior aceitação para designar o conjunto de iniciativas provenientes da sociedade civil (Falconer, 1999), uma vez que não se trata de uma organização do Estado (Primeiro Setor) e nem do Mercado (Segundo Setor). É composto por organizações de natureza “privada” (sem o objetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja

integrante do governo (Administração Estatal). Tal expressão divide o palco com uma série de outros nomes: não governamental, interesse público, sociedade civil, sem fins lucrativos, filantrópicas, sociais, solidárias, associativas, etc.

A maior parte das iniciativas enfatizadas nessa cronologia da extensão rural foram de empresas ou associações de extensão rural de caráter público, reconhecendo, assim, entidades que recebem majoritariamente recursos do governo federal e estadual. Porém, as organizações do terceiro setor tiveram e têm importância na sua forma de atuação e no resultado de algumas atividades, pois têm sido “farol” para atividades desenvolvidas por outras organizações de ATER. Colocamos este tema junto a transição ambiental, porque estas organizações tiveram importância na construção dessa temática no sistema de ATER, porém o surgimento delas envolve outros momentos da cronologia que estamos apresentando.

No Brasil Meridional, a maior parte das organizações do terceiro setor iniciaram sua atuação na década de 1980, fruto das lutas socioambientais que passaram a emergir na redemocratização da sociedade brasileira. Mesmo existindo um perfil heterogêneo entre elas, a visão que criou unidade foi a de construção de um modelo alternativo de agricultura, oposto ao ideário da Revolução Verde. Essas organizações com maior expressão vieram a conformar a Rede PTA (Projeto Tecnologias Alternativas), integrando diversas organizações em nível nacional e com forte expressão em organizações do Sul do Brasil (Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia - CAPA; Centro de Tecnologias Alternativas Populares - Cetap; Centro de Agricultura Ecológica Ipê - CAE-IPÊ; Ins-



tituto Viane; Fundação Desenvolvimento Econômico Rural da Região Centro Oeste do Paraná - Rureco; Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar; Agricultura Familiar e Agroecologia - AS-PTA; Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Celeiro - DER-Fundep; Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense - Apaco) ligadas à Rede T.A./Sul - Rede Tecnologias Alternativas - Sul (Bracagioli, 1997).

Um dos “nós” de origem dessa Rede foram as organizações locais, muitas delas oriundas dos movimentos de influência religiosa, como Pastorais da Igreja Católica ou atividades desenvolvidas pela Igreja Luterana (IECLB- Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil). Em nível internacional, mantinham convênios com organizações de cooperação internacional, algumas ligadas à Igreja Católica (Misereor), outras de caráter desenvolvimentista (Inter-American Foundation) ou ambientalistas (Frantins Jörden, Fundação Böll).

A visão predominante, no período pós-ditadura, tinha uma orientação crítica, tendo em vista a emergência dos movimentos de luta pela terra e a reorganização de movimentos sociais e sindicais. A visão que predominava era de caráter bipolar — latifúndio x pequena propriedade, agricultura alternativa x agricultura convencional, diversificação x monocultura. Um dos desafios existentes na construção desse ideário esteve baseado nas dificuldades envolvidas para articular a proposta técnica produtiva em nível local, a denúncia do modelo agrícola dominante e a implantação de uma proposta de desenvolvimento rural em suas múltiplas dimensões (Assis, 2002).

O método de trabalho predominante era o aprendizado e a troca de saberes junto às bases, destacando e valorizando o saber camponês. Uma das formas de trabalhar o conteúdo tecnológico foi através da experimentação agrícola em áreas demonstrativas, tendo sido desenvolvida uma série de experiências significativas nesse sentido. Porém, os custos e a dificuldade de manutenção desse processo fez com que essas iniciativas fossem secundarizadas em detrimento da experimentação em nível de unidades produtivas, com base em metodologias participativas e na construção do conhecimento com base em uma metodologia de redes.

Em meados dos anos 1990, passou a ocorrer uma transição nesse processo. Por exemplo, algumas transformações em nível internacional como a queda do muro de Berlim e o início do Governo Collor resultaram em uma crise de identidade do processo que iniciou na década anterior. As mudanças que passaram a ocorrer na Europa fizeram com que algumas organizações de cooperação internacional colocassem prioritariamente em suas agendas o Leste Europeu e, no caso do Brasil, a pobreza no Nordeste e a preservação da Amazônia, havendo uma sensível diminuição de recursos financeiros para essas organizações do Brasil meridional. Algumas dessas entidades passaram a se distanciar da Igreja e o termo *agricultura alternativa* tornou-se enfraquecido, dissolvendo-se dentro da agroecologia e dos parâmetros científicos que constroem o seu arcabouço teórico.

Nesse período, a polarização anteriormente existente torna-se mais complexa, pois a agroecologia deixa de ser monopólio das organizações do terceiro setor e entra nos sistemas oficiais de pesquisa e

extensão. Encontramos, assim, nova polarização nesses debates, por exemplo, entre agroecologia e produção orgânica; certificação oficial (Federação Internacional dos Movimentos da Agricultura Orgânica - Ifoam) x certificação participativa, que também representam disputas dentro do polo da agroecologia. Alguns indicadores também demonstram que houve uma ampliação dos espaços da sociedade civil. Por exemplo, o I EBAA (Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa) foi realizado em Curitiba (1981), reunindo cerca de 400 participantes. O II EBAA foi realizado em Petrópolis, Rio de Janeiro (1984) e reuniu cerca de 1.800 pessoas. O III EBAA foi realizado em Cuiabá (1987) e contou com a participação de mais de 3.000 pessoas. O IV EBAA foi realizado em Porto Alegre (1989) e reuniu cerca de 4.000 pessoas (Luzzi, 2007).

De maneira geral, podemos considerar que a atuação das ONGs no campo do assessoramento técnico, inserido no contexto da extensão rural, tem contribuído para processos inovadores no que se refere às metodologias participativas. Também, têm tido um importante papel na divulgação da potencialidade da agroecologia. Nesse sentido, há um conjunto de métodos e técnicas participativas desenvolvido com proximidade aos agricultores, valorizando aspectos fundamentais como o desenvolvimento em bases locais, estabelecendo projetos com agricultores experimentadores, processos de capacitação e, principalmente, trabalhando com uma abordagem de complementaridade entre o saber popular e os conhecimentos ditos científicos.

Deste conjunto diversificado de experiências e de alguns estudos realizados, algumas reflexões são possíveis:

- As experiências de muitas ONGs mostram que a participação dos agricultores é a questão-chave para o sucesso dos projetos de desenvolvimento sustentável. O desafio maior é adotar a participação enquanto princípio e direito dos agricultores;
- Um princípio que vem sendo utilizado é o respeito à autonomia dos agricultores para decidirem sobre todas as questões que afetam seus interesses. Essas ações podem gerar uma gestão social alternativa;
- A qualidade do diálogo e da participação dos agricultores nos processos de diagnóstico tem se constituído num fator decisivo para o sucesso das ações e de seus desdobramentos. Em grande medida, as ONGs buscam um processo coletivo de construção no qual a leitura da realidade, a análise dos problemas e as potencialidades são produtos coletivos e partilhados entre agricultores e técnicos. O uso de metodologias participativas como os Diagnósticos Rápidos Participativos (DRPs), auxiliam a compreender a lógica dos agricultores e de suas estratégias de ação, constituindo-se em elementos eficazes no envolvimento das organizações nas futuras intervenções (Chambers, 1995);
- A valorização dos saberes tradicionais e de suas experiências melhora a autoestima e valoriza os agricultores. O desenvolvimento de trabalhos de forma democrática, respeitando os projetos e as lógicas dos agricultores, constrói uma relação recíproca de confiança e de compromisso entre agricultores e técnicos, fazendo com que os resultados das ações sejam reconhecidos, pois atendem aos interesses dos primeiros. Um exemplo de valorização e diálogo entre saberes (tradicional e científico) produziu o biofertilizante (supermagro) que tomou relevância nacional e internacional;

- Uma das ações importantes que vem sendo desenvolvida é a formação de Redes que permitem articular interesses específicos. As Redes mais importantes em nível do Sul são a Rede Ecovida de Agroecologia (geração de credibilidade e fortalecimento da agroecologia), a Rede PTA (Grupo de Trabalho em Agrofloresta), o Consórcio das ONGs do Rio Grande do Sul (Cetap, CAPA e CE), a Rede Semente Sul (promover conservação de espécies florestais nativas), a Campanha “por um Brasil livre de transgênicos” e a Articulação Nacional de Agroecologia formada por 23 entidades;
- O ponto de vista dos técnicos da ATER governamental é de que as ONGs obtêm melhores resultados, porque elas atuam desenvolvendo ações de forma localizada em pequenas comunidades e microrregiões. Além disso, esses técnicos veem as respectivas ONGs numa posição privilegiada, pois elas não respondem pelas ações dos governos e, por isso, podem ter maior credibilidade junto aos agricultores;
- Uma crítica que tem sido feita ao trabalho das ONGs é o caráter do voluntarismo, espontaneísmo e do missionarismo dos técnicos e entidades de apoio (Pinto, 2005). Normalmente, faltam condições gerais de trabalho e infraestrutura (transporte e equipamentos) de suporte das equipes técnicas. Além disso, faltam perspectivas dos técnicos quanto à continuidade do trabalho. Da mesma forma, existe incipiente planejamento, monitoramento e avaliação dos trabalhos.

A partir de 2003, com o início de um governo democrático e popular houve uma série de projetos e financiamentos proporcionados, permitindo o aproveitamento dos aprendizados e o apoio às atividades desenvolvidas por essas organizações.

No âmbito da Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que já contava com uma equipe de funcionários que havia vivenciado o Projeto Lumiar de Assistência Técnica para os assentados (1997–2000), saiu na frente com o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), a partir de um programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) emergencial iniciado em 2003. Por meio deste programa, as Superintendências Regionais contrataram organizações de ATER para a elaboração de Planos de Desenvolvimento e de Recuperação de Assentamentos. A elaboração desses documentos passou a ser um condicionante para a elaboração de Projetos de Crédito Rural na linha do Pronaf A – destinada ao público dos assentamentos federais, estaduais e ao Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Na Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) do MDA, a pequena equipe que compôs o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater) precisou de pouco mais de um ano em processo de escutas às representações de diferentes públicos e gestores da época da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), subsidiando a realização de Seminários estaduais, regionais e nacionais para consolidar a Política Nacional de ATER, cuja versão final foi lançada em maio de 2004. Foi a partir da obtenção desse documento que houve

uma intensificação de Seminários estaduais para estimular que cada estado da Federação elaborasse o seu Programa de ATER, com base no Programa Nacional que teve a primeira versão lançada em 2005.

Intensificaram-se as interações com a Sociedade Civil e também a mobilização de termos de parceria com as empresas estatais de ATER. Com essas empresas, o argumento utilizado era de que, com a formulação dos Programas estaduais de ATER, alinhados à Política e ao Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater/Pronater), os recursos federais para a estruturação do setor teriam seus valores aumentados. Para as organizações não governamentais, os aportes eram, sobretudo, por intermédio de convênios para atender as modalidades de custeio, cobrindo despesas como combustível e horas técnicas dos profissionais, sendo vedadas as despesas relacionadas a investimentos e também a taxas de administração.

Os gestores do Dater e as organizações da sociedade civil, assim como as empresas públicas de ATER, perceberam-se diante do problema que ficou conhecido como a inadequação do marco legal para realização dos serviços públicos de ATER, que evidenciava as restrições dos instrumentos administrativos para a operacionalização do recém-formulado Sistema misto e descentralizado de ATER, como uma categoria de serviços públicos, estatais e não estatais, formulado no intuito de alcançar a universalização do atendimento a toda a agricultura familiar do país, com seus 4,5 milhões de estabelecimentos agropecuários identificados pelo Censo Agropecuário de 2006.

Foi no contexto dos convênios de ATER que se materializaram problemas decorrentes, em grande medida, das exigências colocadas pela Lei de Licitações Nº 8.666/1993, incluindo a não possibilidade de pagamento de despesas com pessoal permanente, com infraestrutura e com gastos administrativos no âmbito desses projetos. Em paralelo, iniciativas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o incremento nas linhas de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), entre outras, criaram uma condição de demanda pela ampliação da escala de serviços de ATER no apoio à agricultura familiar, inclusive na sua relação com os mercados, uma vez que foi fortalecida a orientação institucional por comprar diretamente da agricultura familiar, ao exemplo do Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE, Lei Nº 11.947/2009).

A despeito desse contexto, os riscos políticos e institucionais envolvidos, no que se refere à continuidade dessas políticas, acabaram trazendo uma série de incertezas sobre a continuidade do sistema descentralizado de ATER. Esses limites foram parcialmente superados com a Lei Nº 12.188 (12 de janeiro de 2010), que instituiu o mecanismo das Chamadas Públicas de ATER, oferecendo mais segurança jurídica para a operação das Organizações que já estavam credenciadas para o exercício da Pnater.

Dentro desse conjunto de ONGs existentes no sul do Brasil, cabe citar o trabalho de outras organizações que têm desenvolvido ações de extensão rural. Uma delas é a Cooperativa dos Trabalhadores da Reforma Agrária de Santa Catarina (Cooptasc) constituída por técnicos que trabalhavam no referido Projeto Lumiar/Inkra (Kemrich, 2014).



No Rio Grande do Sul, a Cooperativa de Trabalho em Serviços Técnicos (Coptec), que tinha como atividade principal prestar serviços de assistência técnica às famílias assentadas da Reforma Agrária também experimentou a alternância de momentos de apoio e de abandono a esse público, por parte do Governo Federal. Assim como ocorreu com o projeto Lumiar, o Programa de ATES/Inkra foi abandonado pelo Governo Federal, durante o mandato da presidenta Dilma Rousseff. No Paraná, existem outras cooperativas que trabalham com ATER, como a Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços (Cooperiguazu) com sede em Francisco Beltrão-PR, entre outras que se formaram, estimuladas pelo processo da Pnater.

Ainda no Paraná, existe a experiência do Sistema de Cooperativas de Crédito Solidário (Cresol), criado em 1998, e oriundo da experiência do Fundo de Crédito Rotativo desenvolvido pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar). No ano de 2000, com a expansão dos serviços do Sistema de Cooperativas, foram criados os Agentes de Crédito Rural, que desenvolviam atividade de crédito individual e coletivo. Essa organização também conta com uma equipe de técnicos para ações de ATER e trabalha com o apoio técnico de entidades parceiras. Os projetos estão voltados para atividades ligadas à Agroecologia e o desenvolvimento rural sustentável (Junqueira, 2003).

Esse conjunto de entidades e experiências demonstra aspectos importantes e significativos que vêm sendo desenvolvidos, porém tais ações ainda têm um caráter atomizado, necessitando um enfoque abrangente capaz de criar sinergias entre as diversas atividades que estão sendo desenvolvidas e ampliar o protagonismo social dessas ações.

## **POLÍTICA NACIONAL DE EXTENSÃO RURAL 2004-2016**

Conforme iniciamos a tratar, esse período na ER foi marcado pelo começo do Governo Lula, em 2003, que trouxe um ambiente social propício a novas propostas, bem como alguns esforços de recomposição da máquina pública. O arco de alianças que deu sustentação ao primeiro mandato possibilitou que quadros políticos vinculados aos movimentos sociais e às organizações da sociedade civil ocupassem alguns espaços na máquina administrativa do Governo Federal. Além disso, a ênfase dada, sobretudo no primeiro ano de governo, à questão do combate à fome e à implantação de políticas voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional, permitiu uma valorização das políticas dirigidas à agricultura familiar, entendidas como parte das chamadas ações estruturantes do Programa Fome Zero (Yasbek, 2004).

Programas e ações voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar foram reforçados, com a significativa ampliação do volume de recursos destinados ao Pronaf, a criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e do Programa de Aquisição de Alimentos (art. 19 da Lei N° 10.696, de 02/07/2003), a criação de novos instrumentos de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais e a aprovação, pelo Congresso Nacional, da lei estabelecendo a Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei N° 11.326 de 24/06/2006).

Tal conjuntura possibilitou alternativas de mudança no sistema de ATER governamental. A primeira ação importante, vale frisar, foi fazer com que a extensão rural, até então coordenada pelo Ministério da Agri-

cultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), passasse a ser coordenada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), vinculando-se à Secretaria de Agricultura Familiar e coordenada pelo Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater), por meio do Decreto Nº 4.739 de 13 de junho de 2003.

O Dater passou a contar com a participação de técnicos com trajetória voltada para agroecologia e desenvolvimento rural sustentável. Vale destacar que, Francisco Roberto Caporal, importante autor e protagonista da agroecologia e da extensão rural, passou a compor o Dater e trouxe consigo as experiências e iniciativas que haviam sido iniciadas no Governo Olívio Dutra (1999–2002), quando ocupou o cargo de Diretor Técnico da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RS). Nesse período, a Emater-RS desenvolveu diversas ações, capacitações e eventos procurando estabelecer as bases de uma extensão rural participativa e uma agricultura de base ecológica (Bracagioli, 1999).

É importante ressaltar que a criação do Dater não implicou, necessariamente, centralização das políticas de ATER no plano federal. Os sistemas públicos estaduais de ATER continuaram a manter um considerável grau de autonomia e descentralização, conforme pode-se apreender na leitura ao texto publicado em maio de 2004 pelo MDA-SAF-Dater, referente à Política Nacional de ATER

a nova Ater deverá organizar-se na forma de um Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública, do qual participem entidades estatais e não estatais que tenham interesse e protagonismo no campo da Assistência Técnica e Extensão Ru-

ral e apresentem as condições mínimas estabelecidas nesta Política. Coloca-se, ainda, como diretriz da nova Política Nacional de ATER: “Viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não-governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional.

Segundo esse mesmo documento, os Conselhos de ATER, em seus diferentes níveis, teriam um papel-chave na gestão da Pnater, reforçando a participação dos beneficiários e das organizações da sociedade civil na gestão da referida política. Tratava-se de uma diretriz da Pnater: “Privilegiar os Conselhos como fóruns ativos e co-responsáveis pela gestão da Política Nacional de Ater, no âmbito municipal, estadual e federal, de modo a fortalecer a participação dos beneficiários, e de outros representantes da sociedade civil, na qualificação das atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural” (Brasil/MDA, 2004, p. 8).

Esse movimento de descentralização de ações e que garante, inclusive, a participação de organizações não estatais no sistema público de ATER, se, por uma lado, tende a permitir um maior nível de adequação das estruturas de ATER às necessidades regionais e dos diferentes públicos, apresenta, também, uma série de desafios em termos de seu desenho político institucional, configurando-se, desde a sua montagem, como uma estrutura marcada por uma grande heterogeneidade e múltiplos níveis de governança.

Outra diretriz da Pnater é “Viabilizar serviços de Ater que promovam parcerias entre instituições federais, estaduais, municipais, organizações não governamentais e organizações de agricultores familiares e demais públicos anteriormente citados, estimulando a elaboração de planos de desenvolvimento municipal, territorial e/ou regional, assim como a formação de redes solidárias de cooperação interinstitucional” (Brasil/MDA, 2004, p. 8).

Nesse novo cenário, a implementação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), desde os processos que buscaram sua ressonância junto aos públicos que a Política priorizava, foi gradativamente requerendo uma institucionalização em lei, sob o risco da política ser abandonada numa troca de orientação de governo; sua implementação ressaltava de forma contrastiva o velho e o novo modelo de extensão rural, diferenciando as bases teóricas, objetivos, compreensão do meio ambiente, metodologia, comunicação e educação e papel dos agentes de extensão rural (Caporal, 2007). O trâmite que decorreu em sua aprovação em lei, contudo, foi feito sem o debate com a sociedade civil, junto às forças representadas no Congresso Nacional, abrindo espaços para o enfraquecimento dos Princípios da Pnater, como a transição agroecológica e a exclusividade de atendimento à agricultura familiar.

Sua base forte, contudo, deveu-se ao foco nas atividades de caráter formativo, por meio de nivelamento conceitual, de convênios com as universidades, com escolas agrotécnicas e oferta de cursos para agentes de ATER. Certamente que a implantação de um processo de mu-

dança paradigmática requer um forte investimento em conhecimento, gerando um novo profissionalismo capaz de promover o desenvolvimento rural sustentável.

Vale enfatizar que, até 2014, o Pronater vinha sendo executado em paralelo ao Programa de ATES/Incra, em diálogo com os movimentos sociais de assentados, buscando ações de assistência técnica com maior poder de decisão dos assentados e com ampliação do controle social. Uma das características desse programa era o mecanismo descentralizado de gestão de recursos com transferência de autoridade e poder decisório (Zarnott, 2011).

A avaliação do programa demonstrou algumas fortalezas, entre elas o fato de a sua concepção incorporar a questão socioambiental e a agroecologia com uso de metodologias participativas. Outro aspecto considerado importante foi a gestão descentralizada e as instâncias de coordenação, promovendo maior transparência e controle social. Um programa que contou com a efetiva construção de movimentos sociais e com ampla articulação de parcerias em nível nacional. Um dos pontos considerados de complexidade do programa foi a diversidade de concepções das entidades prestadoras de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), contratadas pelo Incra.

O Programa de ATES/Incra, desde a origem, recebia críticas dos espaços corporativos da ATER. Questionava-se: “para que ATES, se tem ATER?”, não atentando-se para as realidades diferenciadas, nem para a expertise que as equipes do Incra adquiriram com a terceirização realizada na época do Projeto Lumiar. Em paralelo, o Dater também passou a ser disputado por tais correntes corporativas que, sob o argumento

da urgência de institucionalizar a Pnater, começaram a dialogar com os setores da agricultura patronal representados no parlamento federal, primeiro para criar a Lei de ATER — entre 2009/2010 — e depois para criar uma nova entidade nacional de ATER, a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), entre 2012/2013, na intenção de centralizar a operacionalização dos recursos públicos destinados à ATER e de assumir a coordenação do Sistema Nacional de ATER.

O argumento central era a criação de uma entidade nacional para a superação dos desafios vivenciados nas primeiras fases de implementação da Pnater/Pronater. Apesar das deliberações da Primeira Conferência Nacional de ATER realizada em 2012, uma comissão de técnicos-administrativos do Dater articulou-se com uma comissão de funcionários do MAPA, sob orientação da ex-Ministra Katia Abreu, para dirigirem-se à Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e submeter a proposta de criação da entidade nacional que veio a configurar a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater).

O formato de Serviço Nacional Autônomo, misto ao desenho institucional de uma Agência Nacional, aparentemente, mostrou-se uma surpresa indesejada por todos os componentes que depositaram alguma expectativa nesse processo, pois criou-se uma organização dependente da assinatura de um contrato de gestão com o Governo Federal que, em origem, financeiramente a subordinou ao MDA. Ao mesmo tempo, inseriu-se a lógica de Difusão de Tecnologias da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) na estrutura de gestão dos serviços de ATER. Essa é a interpretação que resulta da leitura dos textos da Lei

Nº 12.897/2013, do Decreto Nº 8.252/2014, bem como ao seu abandono até abril de 2016, quando finalmente foi firmado o Contrato de Gestão entre a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e a União, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Depois quem assumiu foi a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (SEAD) e, atualmente, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

No processo de criação da Anater, houve forte protagonismo da Embrapa nas negociações, principalmente do Departamento de Transferência de Tecnologia dessa empresa. Porém, esse departamento foi incapaz de atender a demanda das entidades de ATER estaduais (Thomson, 2017). Além desses fatores apontados, é perceptível, ao longo do tempo, um processo de enfraquecimento orçamentário e de protagonismo dessa agência.

Conforme observamos, o período que antecede a criação da Anater foi marcado pela consolidação de diversos projetos para transformar políticas de governo em políticas de Estado, com a consolidação de diversas políticas e um rearranjo estrutural do sistema de ATER.

## **DESCONTINUIDADE E DESMANTELAMENTO (2016 -...)**

A trajetória histórica reconstruída, até o momento, demonstra as idas e vindas de programas e instituições públicas de ATER. Essas oscilações estão relacionadas com as perspectivas de desenvolvimento rural



de cada governo. Rodrigues (1997) considera que existe uma seletividade de políticas públicas, oriunda da relação conflituosa resultante das funções de acumulação e legitimação. A acumulação do Estado ocorre pela produção de excedentes e maior arrecadação tributária, enquanto que a legitimação representa a canalização de recursos para ações assistenciais que o legitimam perante a nação. Bauer et al. (2012) têm analisado o desmantelamento de políticas, buscando analisar a mudança de políticas e o estudo de processos que levam à continuidade e expansão de determinadas políticas ou mudanças que diminuem o número de políticas numa determinada área. Essas são análises que têm sido foco contemporâneo de estudos sobre políticas públicas (Sabourin, 2020, Diesel et al., 2021).

O processo gestado na fase anterior teve um refluxo depois do impeachment da presidenta Dilma Rousseff (31/08/2016). Nessa perspectiva, em maio de 2016, as competências do MDA foram transferidas para o Ministério de Desenvolvimento Social. Algumas secretarias que tratavam de reforma agrária e da agricultura familiar foram deslocadas para a Casa Civil. Pelo Decreto N° 11.231 de 10/10/2022, a Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo tem o Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural.

O Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES) que tinha como objetivo a inclusão produtiva dos assentamentos da reforma agrária passou a ter descontinuidade de contratos e repasses de recursos, havendo posteriormente a redução de 43 % do orçamento entre os anos de 2016 e 2017, e 86 % de corte de recursos

entre 2017 e 2018, levando à extinção do Programa. Claramente, demonstrava-se que o apoio à inclusão produtiva dos assentamentos de reforma agrária não estaria mais em foco (Mattos, 2020).

Um dos programas criados foi o ATER Digital que tem como

objetivo fortalecer e ampliar o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, por meio de um modelo inovador de governança, promovendo a ampla utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) nas ações desenvolvidas pelas empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) e do agro brasileiro, ampliando o acesso dos agricultores a serviços modernos, ágeis e eficientes, aumentando a sua competitividade (Brasil, 2020).

Pelas informações que estão disponíveis, é difícil termos clareza das ações de ATER que estão sendo preconizadas em nível federal. Porém, a linguagem empregada tem ênfase no produtivismo e utiliza com maior frequência o termo assistência técnica e menos a ideia de extensão rural.

Em termos orçamentários, o Plano Safra 2021/2022 indica baixo orçamento de ATER para a agricultura familiar, indicando a permanência de R\$ 31 milhões, conforme a Lei Orçamentária Anual que representa um volume muito abaixo da demanda (Tozzi, 2021).

Diesel et al. (2021) consideram que existe nas proposições atuais do MAPA um obscurecimento da diferenciação social, considerando todos como produtores, fortalecendo a representação política do agrone-

gócio e eliminando a diferenciação de categorias sociais na agricultura. Por fim, predominam políticas de corte neoliberal, resultando numa perspectiva contrastante ao período anteriormente apresentado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A trajetória histórica da extensão rural demonstra a densidade histórica e os revezes de construção desse processo. Suas raízes emergem das crises alimentares, sendo estas decorrentes de conflitos, questões econômicas e socioambientais. Desenvolve-se com forte influência norte-americana, inicialmente com uma abordagem humanista e assistencialista, e toma magnitude e impactos profundos com o difusionismo. O período difusionista aumenta a produtividade, porém, com intensos conflitos sociais e ambientais.

Os reflexos vieram com um viés humanista e crítico e, posteriormente, com uma transição ambientalista, sendo este processo influenciado pelo protagonismo do terceiro setor que busca construir alternativas sociais e tecnológicas para a agricultura.

Iniciamos a década de 2000 com a reestruturação do sistema público e privado de extensão rural, nascendo e se consolidando o conceito de agricultura familiar e da agroecologia. A legislação sobre o tema avançou com diversas políticas e a reestruturação do sistema.

Porém o processo sofreu discontinuidades a partir de 2016. Encerramos aqui esta história “sem fim”, neste momento em que novos cenários poderão se apresentar a partir de 2023.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. A rede, os nós, as teias – Tecnologias Alternativas na Agricultura. São Paulo, *Revista de Administração Pública*, n. 6, p. 159-177, nov./dez. 2000.
- ANDRIVON, D. The origin of *Phytophthora infestans* populations present in Europe in the 1840s: a critical review of historical and scientific evidence. *Plant Pathology*, v. 45, n. 6, p. 1027-1035, 1996.
- ASSIS, R. L.; ROMEIRO, A. R. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. *Desenvolvimento e meio ambiente*, v. 6, 2002.
- AXINN, G. *Guide on Alternative Extensión Approaches*. Roma: FAO, 1998.
- BAUER, M. W. *et al.* (ed.). *Dismantling public policy: preferences, strategies, and effects*. Oxford: Oxford University Press, 2012.
- BEDIAGA, B. Revista Agrícola (1869-1891): sensibilizar o lavrador e plantar ciências agrícolas. *Varia Historia*, v. 29, p. 169-195, 2013.
- BENOR, D., HARRISON, J. Q. and BAXTER, M. *Agricultural extension: the training and visit system*. Washigton, D.C.: World Bank, 1984.
- BRACAGIOLI NETO, A. Interconectando idéias e ideais na construção da agricultura do futuro. In: NAVARRO, Zander & ALMEIDA, Jalcione. (org.) *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- BRACAGIOLI NETO, A. (org.) *Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural*. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p. 175-187 (Série Programa de Formação Técnico-social da EMATER/RS).
- BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Programa ATER Digital*. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/programa-ater-digital>. Acesso em: 31 out. 2022.
- BRASIL/MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.
- BRASIL/MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Relatório de resultados da Dater, 2003-2006*. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2006.

CAPORAL, F. R. *A Extensão Rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público*. 1991. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1991.

CAPORAL, F. R. *Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2007.

CAPORAL, F. R. *La extensión agraria del sector público ante los desafíos del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil*. 1998. Tese (Doctorado en Agroecología). Universidad de Córdoba, Córdoba, 1998.

CAPORAL, F. R. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem superados. In: RAMOS, L.; TAVARES, J. (org.). *Assistência Técnica e Extensão Rural: construindo o conhecimento agroecológico*. Manaus: Bagaço, 2006.

CAPORAL, F. R.; FIALHO, J. R. D. *A disciplina de Extensão Rural no curso de Agronomia da UFSM: análise geral e sugestões de um novo programa*. Santa Maria: PPGExR/UFSM, 1989, 41 p. (mimeografado).

CASTRO, C. N. de; PEREIRA, C. N. *Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater*. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica, 2017.

CAVAGNOLI, S. M. R. *A mudança organizacional e as estratégias utilizadas para implementação do modelo de gestão por processo: o caso EMATER-PR*. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

CAVALLET, V. J. *A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI*. 1999. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

CHAMBERS, R. Ideas for development: reflecting forwards. *IDS Working Paper 238*, Brighton, nov. 2004.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. DRP: depois de cinco anos, como estamos agora. *Revista bosques, árvores e comunidades rurais*, v. 26, p. 4-15, 1995.

CRISTÓVÃO, A. *Do sistema de formação e visitas à investigação e desenvolvimento de sistemas agrários: análise crítica de um percurso*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Mimeo, 1995.

- DIAS, A. P. et al. *Dicionário de agroecologia e educação*. São Paulo: Expressão Popular: Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- DIAS, M. M. Extensão Rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.
- DIESEL, V. et al. Política de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil: um caso de desmantelamento?. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 29, n. 3, p. 597-634, 2021.
- DUEMER, L. S. The agricultural education origins of the Morrill Land Grant Act of 1862. *American Educational History Journal*, v. 34, n. 1, p. 135-146, 2007.
- FALCONER, A. P. *A promessa do terceiro setor*. 1999. Dissertação (Mestrado em Recursos Humanos) – Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor. Universidade de São Paulo, 1999.
- FAO. *Global Consultation on Agricultural Extension Report*. Roma: FAO 1990.
- FAVERO, E.; SARRIERA, J. C. Extensão rural e intervenção: velhas questões e novos desafios para os profissionais. *Cadernos de psicologia social do trabalho*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 1-16, 2009. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172009000100002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172009000100002&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 31 out. 2022.
- FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP, 2000.
- GIACOMINI FILHO, G.; GOULART, E. E.; CAPRINO, P. M. Difusão de inovações: apreciação crítica dos estudos de Rogers. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 41-45, ago. 2007.
- GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *Revista de economia e sociologia rural*, v. 45, p. 301-328, 2007.
- GUIVANT, J. S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 411-446, 1997.

GUIVANT, J. S. Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas. In: XV CONGRESSO MUNDIAL DA INTERNATIONAL SOCIOLOGICAL ASSOCIATION. Brisbane, Austrália, 2002.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): diretrizes e manual operacional*. Brasília, 2004a. 62 p.

JUNQUEIRA, R. G. P. *Finanças solidárias e agricultura familiar: o Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural*. 2003. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

KEMMRICH, C. E. *et al.* A contribuição da Cooptrasc para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e reforma agrária. In: IV SEMINÁRIO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (SEPE), v. 4, n. 1, 2014. Chapecó. *Anais...* Chapecó: UFFS, 2014.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MARINHO, D. *et al.* Projeto Lumiar: uma avaliação qualitativa. *Extensão Rural*, n. 6, p. 97-114, 1999.

MARTIN, A. Guerra de secessão. *História das guerras*, v. 4, p. 189-218, 2006.

MATTOS, L. M. As consequências do golpe parlamentar nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar brasileira. *RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, 2020.

MENDONÇA, S. R. Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil. *História Unisinos*, v. 14, n. 2, p. 188-196, 2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004*. Brasília, maio de 2004. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20poltica\\_nacional.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20poltica_nacional.pdf). Acesso em: 10 maio 2007.

MOANE, G. Colonialism and the Celtic Tiger: legacies of History and the quest for vision. In: KIRBY, P.; GIBBONS, L.; CRONIN, M. (org.). *Reinventing Ireland: culture, society and the Global Economy*. London: Pluto Press, 2002.

- MOREIRA, R. J. Críticas ambientalistas à revolução verde. *Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, 2000.
- NATIVIDADE, M. de M. *A aliança para o progresso no Brasil: influência estadunidense na educação e pesquisa para o campo (1961-1970)*. 2018. Tese (Doutorado em História) – Pós-Graduação em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.
- NAVARRO, Z.; ALMEIDA, J. (org.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1997.
- NUNES, K. Extensão rural e suas diferentes abordagens de atuação: o caso da Epagri em Santa Catarina/Brasil. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Agronomia) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.
- NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C.; GNOATTO, A. A. A reorganização dos serviços de ATER no Sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. In: NUNES, S. P.; GRÍGOLO, S. C. (org.). *Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos*. Ijuí: Unijuí, 2013, p. 21-43.
- OLIVEIRA, P. C. F. de. Extensão rural e interesses patronais no Brasil: uma análise da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural-ABCAR (1948-1974). 2013. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.
- PEIXOTO, M. *Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação*. Brasília, DF: Centro de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado Federal, 2008. (Textos para discussão, n. 48).
- PINTO, C. R. J. A sociedade civil e a luta contra a fome no Brasil (1993-2003). *Sociedade e estado*, v. 20, p. 195-228, 2005.
- RAMOS, P. et al. O Instituto Agrônomo de Campinas: sua criação, importância e um pouco de sua história. *Revista Brasileira de Inovação*, v. 15, n. 2, p. 365-392, 2016.
- RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, n. 14, v. 1, p. 113-154, 1997.
- ROGERS, E. M. *Diffusion of innovations*. 5. ed. Nova York: Free Press, 2003.



ROLING, N. Alternative approaches in extension. In: JONES, G.; ROLLS, M. (ed.). *Progress in rural extension and community development*, v. 1. New York: John Wiley, 1982.

ROLING, N. *Extension science: information systems in agricultural development*. Londres: Cambridge University Press, 1988.

SABOURIN, E. Desmantelamento de políticas públicas no Mercosul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E MUNDOS RURAIS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS, 15 anos OPPA. 2020, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRRJ - CPDA, 2020. 14 p.

SANTOS, L. W. dos. *A Fusão da Pesquisa Agrícola - Extensão Rural em Santa Catarina*. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

SANTOS, N. P. *Educação e Extensão Rural: um estudo dos diferentes métodos e técnicas utilizados pela EMATER/RS*. 2006. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2006.

SILVA, A. P. da; OLIVEIRA, J. T. A. de. O modelo cooperativo de extensão dos Estados Unidos: contribuições possíveis para o Brasil. *Revista Ceres*, v. 57, n. 3, p. 297-306, jun. 2010, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-737X2010000300003>. Acesso em: 16 nov. 2022.

THOMSON, C. R.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; BORSATO, R. S. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. *Retratos de Assentamentos*, v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017.

THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G.; CARRICART, P. Nueva ruralidad, mayores desafíos en la búsqueda de las capacidades y competencias del extensionista rural del nuevo siglo. In: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (ed.). *La extensión rural en debate: concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2003, p. 199-225.

TOZZI, V. Safra 2021/2022: baixo orçamento de Ater para a agricultura familiar preocupa Contag. *Posts Sinterpa*, 2021. Disponível em: <https://www.sinterpa.com.br/single-post/safra-2021-2022-baixo-orcamento-de-ater-para-a-agricultura-familiar-preocupa-contag#:~:text=Recursos%20para%20Ater,volume%20muito%20abaixo%20da%20demanda>. Acesso em: 30 out. 2022.

TRUJILLO, F. S. de P. *La extension como instrumento para el desarrollo: aproximación al caso español*. 1991. Tese (Doutorado em Sociologia Rural) – Departamento de Economía e Sociología Agrarias, Universidad de Córdoba, Córdoba, 1991.

WOLFART, C. “*O novo já nasce velho*”: os clubes 4-S e a modernização da agricultura no Oeste do Paraná (1950-1980). 2017. 269 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2017.

YASBEK, M. C. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. *São Paulo em perspectiva*, v. 18, p. 104-112, 2004.

ZARNOTT, A. V. *Participação social e empoderamento no Programa de ATES no RS*. 2011. Monografia (Especialização em Agricultura Familiar Camponesa e Educação do Campo) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.